



PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
Procuradoria Jurídica Administrativa PROJU-ADM
Esclareço para entender ao que dispõe o artigo 61
parágrafo único da Lei nº 8666/93 que o resumo
do contrato nº _____ firmado entre o Município e
foi publicado na
imprensa oficial em 06/11/17
FABRÍCIO DA PROJU-ADM

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º 069//2017
PREGÃO ELETRÔNICO – SRP N.º 016/2017 – COPEL

O **MUNICÍPIO DE ALAGOINHAS**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede a Praça Graciliano de Freitas, s/n, Alagoinhas - BA, inscrito no CNPJ sob número 13.646.005/0001-38, neste ato representado pelo Prefeito, o Sr. **JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO**, brasileiro, casado, médico, inscrito no CPF sob nº. 255.102.315-72 e CRM/BA nº. 10101, residente e domiciliado no Parque Floresta, nº 61, 2ª Travessa, Centro, Alagoinhas – Bahia, doravante denominado **MUNICÍPIO** e **FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, neste ato representada por Sr. **FABRÍCIO SANTOS DE FARO**, brasileiro, casado, cientista da computação, RG nº. 393535169, CPF sob o nº. 616.369.595-04, residente e domiciliado no Loteamento Frei Leão, nº 51, Centro, Alagoinhas – Bahia e a **VILLAS COMERCIAL EIRELI - ME**, inscrita no CNPJ sob número 21.786.858/0001-01, com sede à Av. Luiz Tarquinio, nº 1754, Word Shopping; 2 Piso; Sala 203, Pitangueiras, Lauro De Freitas – Ba, neste ato representada por **MARIA DAS GRAÇAS CARVALHO CORREIA**, portadora do RG nº 871.034.-19 SSP/BA, inscrita no CPF sob o nº. 246.458.775-34, residente e domiciliada a Rua Alameda Praia Guarapari, nº 209, casa 76, QD N, Condomínio Luna Village, Stella Maris, Salvador – BA, doravante denominada **PROMITENTE FORNECEDOR**, formalizam o presente Ata de Registro de Preços (ARP), decorrente da licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO SRP N.º 016/2017**, oriundo do processo administrativo oriunda do **Processo Administrativo N.º 4188/2017**, a qual se constitui em documento vinculativo e obrigacional às partes, conforme o disposto no art. 15 da Lei nº 8.666/93 e o Decreto Municipal nº 2.619/2008, segundo as cláusulas e condições a seguir.

1) **OBJETO**

A presente Ata de Registro de Preços estabelece as cláusulas e condições gerais para a eventual **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A AQUISIÇÃO DE BRINQUEDOS DIVERSOS PARA ATENDER AS UNIDADES ESCOLARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO DE ALAGOINHAS/BA**, conforme Anexo I do Edital da licitação em epígrafe.

1.2 Os preços do PROMITENTE FORNECEDOR, elencados nesta Cláusula, ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e da(s) futura(s) Contratação(ões) que venha(m) a ser firmado(s) entre o PROMITENTE FORNECEDOR e o MUNICÍPIO.

1.3 A existência de preços registrados não obriga a Administração Pública Municipal a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

ITEM	NOME PADRONIZADO/DESCRIÇÃO	UND	QTD	MARCA	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL
	LOTE 1					
1	BAMBOLÊ, MATERIAL PLÁSTICO, EM PVC REFORÇADO, DIÂMETRO DE 63 CM	UND	260	JOTTPLAY	R\$ 4,60	R\$ 1.196,00
2	PULA CORDA COM 2 METROS DE COMPRIMENTO, CABOS DE MADEIRA E CORDA DE NYLON.	SACOS	260	CARLU	R\$ 8,30	R\$ 2.158,00
3	BONECA BEBÊ BRANCA, LAVÁVEL, MACIA, FABRICADA EM VINIL MÍCIO COM LEVE CHEIRO DE TALCO COM MEDIDA MINIMA DE 40 CM	UND	260	SUPER TOYS	R\$ 54,70	R\$ 14.222,00
4	BONECA BEBÊ NEGRA, LAVÁVEL, MACIA, FABRICADA EM VINIL MÍCIO COM LEVE CHEIRO DE TALCO COM MEDIDA MINIMA DE 40 CM	UND	260	SUPER TOYS	R\$ 54,70	R\$ 14.222,00
5	CARRO PLÁSTICO MODELO JEEP COM MEDIDA MINIMA DE 23 CM	UND	520	PLASPOLO	R\$ 5,00	R\$ 2.600,00
6	CAMINHÃO PLÁSTICO TIPO BASCULHANTE COM MEDIDA MINIMA DE 35 CM	UND	312	PLASPOLO	R\$ 12,40	R\$ 3.868,80
7	BALDINHO DE PRAIA COM 3 ACESSÓRIOS. MEDINDO APROXIMADAMENTE 22X22X23 CM	UND	240	MONTE LIBANO	R\$ 15,50	R\$ 3.720,00
8	BERÇO PARA BONECA COM RODINHAS, COLÇÃO E TRAVESSEIRO. COM GRADES REMOVÍVEIS. DIMENSÃO	UND	80	MONTE LIBANO	R\$ 112,00	R\$ 8.960,00





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

	APROXIMADA 30X30X50						
9	BOLA PLÁSTICA INFANTIL COM PESO APROXIMADO DE 350 GRAMAS	UND	312	CANARINHA	R\$ 9,50	R\$ 2.964,00	
10	KIT COZINHA INFANTIL EM PLÁSTICO COM 23 PEÇAS ACONDICIONADAS EM POTE PLASTICO RETANGULAR MEDINDO APROXIMADAMENTE 25X17X15	POTE	240	MONTE LIBANO	R\$ 45,00	R\$ 10.800,00	
11	KIT COM 7 FANTOCHES : FAMILIA BRANCA, FAMILIA NEGRA, ANIMAIS SELVAGENS, ANIMAIS DOMÉSTICOS, NATUREZA, FOLCLORE BRASILEIRO FABRICADO EM FELTRO E EVA COM MEDIDAS ENTRE 28 A 43 CM. 45 KITS DE CADA	KIT	180	CARLU	R\$ 96,33	R\$ 17.339,40	
12	MEGA CONSTRUTOR COM 45 PEÇAS EM MADEIRA. ACONDICIONADOS EM CAIXA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 23X21X4,5	CX	240	PAIS E FILHOS	R\$ 12,00	R\$ 2.880,00	
13	CARRINHO PARA BONECAS FABRICADO EM PLASTICO INJETADO MEDIDAS MINIMAS 30 X40 X60.	UND	80	BRINQUE MIX	R\$ 34,01	R\$ 2.720,80	
14	PANDEIRO INFANTIL PLÁSTICO COLORIDO	UND	240	AMAR É	R\$ 5,00	R\$ 1.200,00	
15	TAMBOR PLÁSTICO PEQUENO COLORIDO	UND	240	AMAR É	R\$ 6,50	R\$ 1.560,00	
16	BLOCOS LÓGICOS GIGANTE EM MDF COM 48 PEÇAS. EMBALAGEM EM CAIXA COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 24X44X7,5 CM.	CX	520	CARLU	R\$ 121,00	R\$ 62.920,00	
17	BRINQUEDOS PLASTICOS DE ENCAIXE COM 56 UNIDADES. ACONDICIONADOS EM POTE PLASTICO MEDINDO APROXIMADAMENTE 26X26X20	POTE	520	PAIS E FILHOS	R\$ 23,00	R\$ 11.960,00	
18	CARREGADEIRA FABRICADA EM PLASTICO INJETADO MEDIDA MINIMA DE 45 CM DE COMPRIMENTO.	UND	312	ADJOMAR	R\$ 31,00	R\$ 9.672,00	
19	TRICICLOS INFANTIS FABRICADOS EM PLASTICO E FERRO COM ADESIVOS QUE LEMBREM ANIMAIS E COM MEDIDAS MINIMAS DE 60 CM.	UND	208	XALINGO	R\$ 69,00	R\$ 14.352,00	
20	JOGO DA MEMÓRIA DIVERSOS COM PEÇAS EM MDF COTENDO 20 PARES NO TAMANHO 5 X 5 ACONDICIONADOS EM CAIXA DE MDF.	CX	240	CARLU	R\$ 15,00	R\$ 3.600,00	
21	ALFABETO MÓVEL COM 98 PEÇAS EM EVA. COM LETRAS MEDINDO ENTRE 4 E 5 CM. ACONDICIONADOS EM POTE TRANSPARENTE COM ALÇA.	POTE	312	CARLU	R\$ 46,00	R\$ 14.352,00	
22	QUEBRA-CABEÇAS COM 4 A 9 PEÇAS COM DESENHOS DIVERSOS ACONDICIONADOS EM UMA BASE DE MDF MEDINDO APROXIMADAMENTE 34 X 27 CM	CX	240	CARLU	R\$ 16,00	R\$ 3.840,00	
23	VIOLÃO INFANTIL PLÁSTICO, SONORO E COM CORDAS DE NYLON. MEDINDO APROXIMADAMENTE 40 CM.	UND	240	CATALOGO DA CHINA	R\$ 7,00	R\$ 1.680,00	
24	TELEFONE CELULAR FABRICADO EM PLASTICO ATÓXICO, COLORIDO MEDIDA MINIMA 19 CM.	UND	240	COLORIA	R\$ 16,00	R\$ 3.840,00	
25	FOGÃO GRANDE FABRICADO EM PLÁSTICO REFORÇADO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 53X26X27 CM. FORNO COM TAMPA ABRE E FECHA; BOTÃO COM SOM CLEC CLEC; COM EMBALAGEM DECORADA.	UND	45	MAGIC TOYS	R\$ 226,00	R\$ 10.170,00	
26	GELADEIRA GRANDE FABRICADA EM PLÁSTICO REFORÇADO COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 61X28X26 CM. COTENDO PUXADORES CROMADOS; FORMINHA PARA SORVETES; COPINHOS, OVINHOS E MANTEIGA; FORMINHA DE GELO E FORMINHA DE GELATINA.	UND	45	MAGIC TOYS	R\$ 25,00	R\$ 1.125,00	
27	KIT BELEZA INFANTIL COM 7 ACESSÓRIOS. EMBALAGEM COM MEDIDAS APROXIMADAS DE 40X30 CM	UND	240	ART BRINK	R\$ 18,00	R\$ 4.320,00	
28	TAPETE ALFANÚMÉRICO FABRICADO EM EVA COM 36 BASES VAZADAS DE 12 X 12 CM. ACONDICIONADO EM SACOLA PVC TRANSPARENTE COM ALÇA E ZÍPER.	SACOLA	50	CARLU	R\$ 34,00	R\$ 1.700,00	

2





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

29	LIVROS SONOROS COM MÚSICAS INFANTIS	UND	208	TODO LIVRO	R\$ 31,00	R\$ 6.448,00
30	BONECO GRANDE FABRICADO EM PLASTICO INJETADO COM MEDIDA MINIMA DE 40 CM.	UND	260	ADJOMAR	R\$ 36,00	R\$ 9.360,00
31	ALINHAVOS FORMAS GEOMÉTRICAS EM MDF COM 12 FORMAS COLORIDAS E 12 CADARÇOS DE POLIESTER. ACONDICIONADOS EM CAIXA DE MDF 30X30X4 CM APROXIMADAMENTE.	CX	42	CARLU	R\$ 125,00	R\$ 5.250,00
VALOR TOTAL DO LOTE					R\$ 255.000,00	

2. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 A validade do registro de preços será de 12 (doze) meses contados a partir da data da publicação da Ata de Registro de Preços na imprensa oficial.

3) ÓRGÃOS PARTICIPANTES

2.1 Os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e demais entidades controladas pelo poder Executivo Municipal, que participaram dos procedimentos iniciais do Sistema de Registro de preços elencados no preâmbulo desta Ata de Registro de Preços a integrarão.

2.2 Os órgãos participantes deverão:

- Promover consulta prévia junto ao órgão gerenciador a fim de obter a indicação do fornecedor, dos quantitativos a que este ainda se encontra obrigado e dos preços registrados;
- Manifestar, formalmente, para o órgão gerenciador o interesse em celebrar o contrato.
- Transferir os recursos financeiros para o órgão gerenciador, referentes ao quantitativo solicitado.

3. UTILIZAÇÃO POR ÓRGÃO NÃO PARTICIPANTE

3.1 Os órgãos ou entidades da Administração Pública Municipal direta, autárquica e fundacional, fundos especiais e demais entidades controladas pelo poder Executivo Municipal que não participaram dos procedimentos iniciais da licitação, atendidos os requisitos do Decreto Municipal nº 2.619/2008, que não integrarão esta Ata de Registro de Preços, poderão solicitar ao órgão Gerenciador anuência a sua adesão.

3.1.1 O pedido de utilização da Ata de Registro de preços deverá ser consultado ao órgão gerenciador da Ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão, devidamente formalizado por escrito pela Autoridade competente do órgão solicitante.

3.2 Cabe ao fornecedor beneficiário Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pelo não fornecimento decorrente de adesão, aceitação ou desde que não prejudique as obrigações presentes e futuras resultantes da ata, assumidas com órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3 As aquisições ou contratações adicionais referenciadas neste item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

3.3.1 O total de utilização de cada item não poderá exceder ao quádruplo do quantitativo inicialmente registrado, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

3.1 O órgão gerenciador somente poderá autorizar adesão à Ata de Registro de Preços após a primeira aquisição ou contratação por órgão integrante da ata.

3.2 Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

3.3 Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observados a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

3.4 Compete ao órgão não participante a responsabilidade de adimplemento das obrigações contratuais.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

4. OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

4.1 Cabe ao órgão gerenciador a prática de todos os atos de controle e de administração do SRP, e ainda o seguinte:

- a) Gerenciar a Ata de Registro de Preços de todos os órgãos e entidades da Administração Direta e indireta.
- b) Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;
- c) Encaminhar para PROJU (Procuradoria Geral do Município) as informações necessárias para a instrução do processo administrativo para providências cabíveis quando do descumprimento do pactuado na Ata de Registro de preços ou das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações.
- d) Celebrar a formalização do instrumento contratual do sistema de registro de preços.
- e) Comunicar a celebração aos órgãos participantes, bem como as suas eventuais alterações.
- f) Colher as assinaturas e providenciar a imediata publicação da Ata de Registro de Preços, bem como das possíveis alterações na imprensa oficial.

5. OBRIGAÇÕES DO PROMITENTE FORNECEDOR

4.1 Quando incluído na Ata de Registro de preços, está obrigado a celebrar os instrumentos contratuais nas condições estabelecidas no ato convocatório, nos respectivos anexos e na própria ata, quando convocado.

4.2 Manter durante a validade da Ata de Registro de Preços todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

4.3 Submeter-se-á a todas as normas e condições do edital e seus anexos, que integram esta Ata de Registro de Preços, independente de transcrição.

6. ALTERAÇÕES NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1 Toda vez que for constatado através de pesquisa de preços, que os valores registrados na Ata de Registro de Preços estão divergentes daqueles praticados no mercado, o Órgão Gerenciador poderá:

6.1.1 Revisar os itens com preços superiores ou inferiores aos praticados no mercado, na forma dos Art. 14 e Art. 15 do Decreto Municipal nº 2.619/2008.

6.1.2 A Ata de registro de Preços será revogada na ocorrência do disposto no §4º do Art. 14 e §2º do Art. 15 do Decreto Municipal nº 2.619/2008.

6.2 A revisão dos preços registrados na hipótese de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, no casos previstos no art. 65, inciso II, alínea "d" da Lei 8.666/93, deverá ser realizada mediante comprovação oficial, fundamentada e aceita pela Administração Municipal.

6.3 O PROMITENTE FORNECEDOR deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço de cada item constante de sua proposta, através de Planilha de Custos contendo: as parcelas relativas à mão-de-obra direta, demais insumos, encargos em geral, lucro e participação percentual em relação ao preço final.

6.4 A não apresentação da Planilha de Custos impossibilitará ao Órgão Gerenciador do Registro de Preços de proceder às futuras revisões, caso venha ao PROMITENTE FORNECEDOR solicitar equilíbrio econômico-financeiro.

6.5 A cada pedido de revisão de preço deverá o PROMITENTE FORNECEDOR comprovar e justificar as alterações havidas na planilha apresentada à época da elaboração da proposta, demonstrando a nova composição do preço.

6.6 No caso do detentor do Registro de Preços ser revendedor ou representante comercial deverá demonstrar de maneira clara a composição do preço constante de sua proposta, com descrição das parcelas relativas ao valor de aquisição do produto com Notas Fiscais de Fábrica/Indústria, encargos em geral, lucro e participação percentual de cada item em relação ao preço final (Planilha de Custos).

6.7 A critério do Órgão Gerenciador poderá ser exigido do PROMITENTE FORNECEDOR lista de preço expedida pelos fabricantes, que conterão, obrigatoriamente, a data de início de sua vigência e numeração seqüencial, para instrução de pedidos de revisão de preços.

[Handwritten signatures]





PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA

6.8 Na análise do pedido de revisão, dentre outros critérios, o Órgão Gerenciador adotará, para verificação dos preços constantes dos demonstrativos que acompanhem o pedido, pesquisa de mercado dentre empresas de reconhecido porte mercantil, produtoras e/ou comercializadoras, a ser realizada pela própria unidade ou por instituto de pesquisa, utilizando-se, também, de índices setoriais ou outros adotados pelo Governo Federal, devendo a deliberação de deferimento ou indeferimento da alteração solicitada ser instruída com justificativa da escolha do critério e memória dos respectivos cálculos, para decisão da Administração no prazo de 30 (trinta) dias.

6.9 O percentual diferencial entre os preços de mercado vigente à época do julgamento da licitação, devidamente apurado, e os propostos pela Detentora do Registro de Preços, será mantido durante toda a vigência do registro. O percentual não poderá ser alterado de forma a configurar reajuste econômico durante a vigência deste registro.

6.10 A revisão do preço, caso deferida, somente terá validade a partir da data da publicação da deliberação na imprensa oficial.

6.11 É vedado ao PROMITENTE FORNECEDOR interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital.

6.11 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela Ata de Registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei Federal 8.666/1993.

7. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

7.1 Os pagamentos serão efetuados após atesto do setor competente e, dentro do cronograma de pagamento financeiro. Na data da apresentação da fatura o contratado deverá estar de posse, em plena vigência, da CRF de FGTS, da CNDT e das certidões de regularidade com as fazendas estadual, federal (conjunta da Dívida Ativa da União e INSS) e municipal, sob pena de não pagamento.

7.2 Na ocorrência de necessidade de providências complementares por parte da CONTRATADA o decurso do prazo de pagamentos será interrompido, reiniciando-se sua contagem a partir da data em que estas forem cumpridas, caso em que não será devida atualização financeira.

7.3 O faturamento correspondente ao objeto contratado deverá ser apresentado pela CONTRATADA, através de Nota Fiscal, em duas vias, com os requisitos da lei vigente, dentro dos prazos estabelecidos na sua proposta, após assinatura do contrato ou por outros instrumentos hábeis, nas formas previstas no art. 62 da Lei 8.666/93 e recebimento Nota de Empenho.

7.4 A entrega do material, por parte da CONTRATADA, para uma determinada unidade, não poderá estar vinculada a débitos de outras unidades, porventura existentes, sob pena de sanções previstas em lei.

8. PRAZOS, ENTREGA E RECEBIMENTO DOS PRODUTOS

8.1 O objeto desta licitação será entregue após autorização de representante da Secretaria Municipal de Educação.

8.2 A entrega será realizada em até 05 (cinco) dias contados a partir de solicitação da Secretaria Municipal de Educação.

8.3 O compromisso de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento da Nota de Empenho ou documento equivalente da unidade gestora da despesa.

8.4 Não poderão ser entregues produtos fora das especificações, sem rotulagem que obedeça a legislação em vigor e com marca diferente da constante na Ata de Registro de Preços.

8.5 Os produtos serão recebidos pelos responsáveis pelo recebimento e inspeção, nas seguintes condições:

8.5.1 Provisoriamente, mediante recibo, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com na especificação, no prazo de até 10 (dez) dias contados do seu recebimento. Sendo constatados defeitos e divergências das especificações. O setor responsável recusará o recebimento, dando ciência dos motivos da recusa à contratada, que assumirá todas as despesas daí decorrentes, sem prejuízo das penalidades previstas na lei, devendo, no prazo de 05 (cinco) dias contado a partir da notificação, repor o produto. Caso a verificação não seja procedida reputar-se-á como realizada dentro do prazo fixado.

3

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

PRIMA VISTO
[Handwritten signature]
ALAGOINHAS



**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA**

8.5.2 Definitivamente, após o decurso do prazo de verificação que comprove a adequação do fornecimento, ou, no caso em que não haja por parte da contratante, qualquer manifestação até o prazo final do recebimento provisório.

8.5.3 Considerar-se-á definitivo o recebimento do objeto, caso não haja qualquer manifestação da CONTRATANTE, até o prazo final do recebimento provisório.

8.5.4 O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela perfeita execução, quanto à qualidade, correção e segurança do objeto contratado.

8.6 Não será considerado entrega realizada para itens que tenham sido devolvidos por não atender as especificações e marcas definidas na Ata de Registro de Preços, ou, quantidades a menor ou a maior do que a solicitada.

8.7 Correrá por conta da FORNECEDORA, toda e qualquer despesa com ensaios, testes, laudos e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais, para a perfeita execução do objeto deste instrumento.

8.8A Nota Fiscal de fornecimento deverá ser emitida em conformidade com as unidades de fornecimento indicadas na Ata de Registro de Preços e na proposta da FORNECEDORA.

8.9A FORNECEDORA é obrigada a corrigir, remover ou substituir, totalmente às suas expensas, os produtos em que se verificarem vícios ou desconformidades no total ou em parte com o objeto desta Ata de Registro de Preços, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, contadas a partir da hora da convocação, independente da aplicação das penalidades previstas neste instrumento.

8.10A CONTRATANTE não se responsabilizará pelos produtos no caso de descumprimento do prazo estabelecido no item 8.9, podendo ser adotada qualquer medida para desobstruir o almoxarifado do órgão solicitante, conforme cada caso.

8.11A entrega deverá ser realizada por preposto da PROMITENTE FORNECEDORA, devidamente uniformizados e identificados.

8.12A FORNECEDORA deverá apresentar à Secretaria de Educação -SEDUC, antes da entrega dos produtos, cópia legível do contrato firmado com a transportadora para transporte dos produtos objeto desta licitação, bem como a autorização de funcionamento dessa, expedida pela autoridade sanitária local.

9. PENALIDADES

9.1 Ficará impedido de licitar e contratar com o município, sendo descredenciado do cadastramento de fornecedores, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, e terá seu registro cancelado, além de sanções civis e criminais, após prévio processo administrativo garantido a ampla defesa e o contraditório, quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de preços;
- b) Recusar-se a retirar a Nota de Empenho ou documento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Ensejar o retardamento da execução do objeto da licitação;
- d) Não mantiver a proposta;
- e) Deixar de entregar, ou apresentar documentação falsa, exigida para o certame;
- f) Fraudar a execução do instrumento contratual;
- g) For declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- h) Cometer fraude fiscal.

9.2 Nenhum pagamento isentará a FORNECEDORA das suas responsabilidades na execução do objeto, as quais prevalecerão até a vigência da Ata de Registro de Preços e da garantia do produto, quando for o caso.

9.3 A FORNECEDORA ficará sujeita, em caso de inadimplemento de suas obrigações, às penalidades previstas na Lei Federal n.º 8.666/93 com alterações posteriores, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal.

~

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA**

9.4 A FORNECEDORA após regular apuração pelo descumprimento parcial ou total dos compromissos assumidos estará sujeito à aplicação das seguintes penalidades:

9.4.1 Advertência sempre que forem constatadas infrações leves.

9.4.2 Multa por atraso imotivado do fornecimento do produto, nos prazos abaixo definidos:

- a) até 30 (trinta) dias: 0,3% ao dia, sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;
- b) superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que não tenha havido o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 10% a 15% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto;
- c) superior a 30 (trinta) dias, nos casos em que haja o cancelamento da nota de empenho ou documento correspondente: 20% sobre o valor da fatura do fornecimento do produto.

9.4.3 Suspensão nos prazos abaixo definidos:

- a) de até 03 (três) meses quando incidir 02 (duas) vezes em atraso, por mais de 15 (quinze) dias;
- b) de até 12 (doze) meses quando praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da contratação, no âmbito da Administração Pública Municipal.

9.4.4 Suspensão de até 12 (doze) meses e multa sobre o valor global da Nota de Empenho ou documento equivalente, a depender do prejuízo causado à Administração Pública Municipal, quando:

- a) não atender às especificações técnicas e os quantitativos estabelecidos no contrato: multa de 10% a 20%, sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente;
- b) paralisar o fornecimento do produto, sem justa causa e prévia comunicação à Administração: multa de 10% a 20% sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente;
- c) adulterar ou alterar as características: físicas, químicas ou biológicas do produto fornecido: multa de 20% sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente e suspensão do direito de licitar e contratar com o município pelo prazo de até cinco anos;
- c) entregar, como em bom estado ou verdadeiro, produto falsificado, furtado, deteriorado ou danificado: multa de 20% sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente; e suspensão do direito de licitar e contratar com o município pelo prazo de até cinco anos;
- d) entregar produto que cause dano à Administração ou a terceiros, devidamente comprovada: multa de até 20% sobre o valor da Nota de Empenho ou documento equivalente, independente das medidas civis, além de reparação do dano.

9.5 A suspensão temporária da FORNECEDORA durante a vigência da Ata de Registro de Preços impedirá a mesma de participar de outras licitações e contratações no âmbito do Município até o cumprimento da penalidade que lhe foi imposta.

9.6 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Municipal, por até 05 (cinco) anos, quando a FORNECEDORA incorrer por duas vezes nas suspensões elencadas no subitem 9.4.3 e 9.4.4 e enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da penalidade aplicada.

9.7 As multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias ou serão deduzidas do valor correspondente ao valor do fornecimento, após prévio processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório ou, ainda, cobradas judicialmente, a critério da Secretaria Municipal da Administração.

9.8 Caso o valor da multa seja superior ao valor da Nota de Empenho ou documento equivalente, a FORNECEDORA responderá pela sua diferença, a qual será cobrada judicialmente.

9.9 Não será efetivado qualquer pagamento à FORNECEDORA enquanto não efetuado o pagamento da multa devida.

2





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA**

9.10 A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais penalidades, a depender do grau da infração cometida pela FORNECEDORA e dos prejuízos causados à Administração Pública Municipal, não impedindo que a Administração cancele esta Ata de Registro de Preços.

9.11 As sanções previstas no item 9 desta Ata de Registro de Preços são de competência exclusiva do titular da Secretaria Municipal da Administração, permitida a delegação para a sanção prevista no subitem 9.4.1, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis da abertura de vistas.

9.12 Os danos e prejuízos serão ressarcidos à CONTRATANTE no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após conclusão de processo administrativo, garantida a ampla defesa e o contraditório, contado da notificação administrativa à FORNECEDORA, sob pena de multa.

9.13 O cancelamento do registro, assegurado o contraditório, é formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

9.14 O procedimento para aplicação de penalidade de advertência e multa relativas ao inadimplemento de obrigações contratuais é conduzido pela PROJU, e a penalidade aplicada pelo titular da Secretaria Municipal da Administração.

10. CANCELAMENTO

10.1 DO REGISTRO DO FORNECEDOR

10.1.1 O registro do fornecedor será cancelado quando:

- a) Descumprir as condições da Ata de Registro de preços;
- b) Não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;
- c) Não aceitar reduzir o seu preço registrado sem justificativa, na hipótese deste se tornar superior ao preço praticado no mercado;
- d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei Federal 8.666/1993 ou no art. 7º da Lei Federal 10.520/2002.

10.1.10 cancelamento de registros nas hipóteses previstas nas alíneas "a", "b" e "d" deste item será formalizado pela PROJU, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2 DO REGISTRO DE PREÇO

10.2.1 O registro de preços poderá ser cancelado na hipótese prevista no subitem 10.1 ou, ainda, na ocorrência de fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

- a) por motivo de interesse público;
- b) a pedido do fornecedor.

10.2.20 cancelamento parcial ou total de itens registrados far-se-á sempre a critério do órgão gerenciador, nas hipóteses previstas nesta Ata de Registro de Preços.

11. DOCUMENTAÇÃO

11.1 A presente Ata de Registro de Preços vincula-se às disposições contidas nos documentos a seguir especificados, cujos teores são conhecidos e acatados pelas partes, que fazem parte deste instrumento independente de transcrição:

- a) Processo Administrativo nº **4188/2017**;
- b) Edital de PREGÃO ELETRÔNICO N.º 016/2017 – COPEL e anexos;
- c) Proposta do PROMITENTE FORNECEDOR apresentada em 15/08/2017.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE ALAGOINHAS
ESTADO DA BAHIA**

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 Fica eleito o foro da Cidade de Alagoinhas, Estado da Bahia, como o competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Alagoinhas, 03 de outubro de 2017.


**FABRÍCIO SANTOS DE FARO
SECRETÁRIO
CONTRATANTE**


**VILLAS COMERCIAL EIRELI - ME
Rep. p/ Maria Das Graças Carvalho Correia
CONTRATADA**


**JOAQUIM BELARMINO CARDOSO NETO
PREFEITO
CONTRATANTE**

